

# DMA

DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE

## VISÃO E DESAFIOS AMBIENTAIS

Semana FIESP/CIESP de Meio Ambiente - 2008

**FIESP**







# VISÃO E DESAFIOS AMBIENTAIS

Semana FIESP/CIESP de Meio Ambiente - 2008



DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE



## **Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – FIESP**

### **PRESIDENTE**

Paulo Skaf

### **DMA**

Departamento de Meio Ambiente

### **DIRETOR TITULAR**

Nelson Pereira dos Reis

### **DIRETORES TITULARES ADJUNTOS**

Arthur Cesar Whitaker Carvalho

Marco Antonio Barbieri

Nelson Vieira Barreira

Raul Ardito Lerário

Walter Toscano

### **DIRETORIA**

Antonio Joaquim de Oliveira

Caio Pereira de Queiróz

Carlos Dinucci

Carlos Henrique da Silva Ferreira

Luiz Antonio Domingues

Carolina Aristakeesian

Celso Cardoso Simões Alexandre

Osmar Gomes da Silva

César Figueiredo de Mello Barros

Darlene de Pádua Melo Spila

Eliane Maria Haddad

Eugênio Carlos Deliberato

Francisco A. de Vasconcellos Neto

Francisco Dal Santo Filho

Francisco Laterza Neto

Gilberto Frederico Barbero

José Alcades Theodoro

José Luiz Miranda Simonelli

José Ricardo Sukadolnik

José Rogélio Miguel Medela

José Valverde

Lecy Ribas Camargo Filho

Luciano Shigueru Sakurai

José Roberto Da Ros

Luiz Gonzaga Bertelli

Marcio Esteves da Silva

Márcio Nappo

Marco Antonio de Almeida

Mário Hirose

Marlúcio de Souza Borges

Paulo Roberto Dallari Soares

Renato José Giusti

Antonia Jadranka Suto

Ricardo de Souza Esper

Romildo de Oliveira Campelo

Sérgio Daneluzzi Azeredo

Silvio Roberto Ísola

Tasso de Toledo Pinheiro

Walter Françolin

**DMA**

Departamento de Meio Ambiente

**GERENTE DE MEIO AMBIENTE**

Nilton Fornasari Filho

**EQUIPE TÉCNICA**

Anicia Aparecida Baptistello Pio

Luciano Coelho

Marco Antonio Ramos Caminha

Marco Antonio Santucci de Almeida

Maria Cristina de O. Lima Murgel

Maria Marta Teixeira Vasconcelos

Ricardo Lopes Garcia

Rui Alves de Oliveira

Sergio Roberto da Rocha

**ESTAGIÁRIOS**

Layla Leonel Arruda da Silva

Natalia Landiose

**APOIO ADMINISTRATIVO**

Lucienne Rodrigues Valério

**RELATO FINAL**

Walter Lazzarini

**Presidente do Conselho Superior de Meio Ambiente**

# SUMÁRIO

<b>O MEIO AMBIENTE PARA A ECONOMIA .....</b>	<b>13</b>
1. Desafios do crescimento econômico sustentado .....	13
2. Meio ambiente: riscos e oportunidades de negócios .....	14
<b>O MEIO AMBIENTE PARA O AGRONEGÓCIO .....</b>	<b>15</b>
1. A Sustentabilidade do Agronegócio .....	15
2. Os Caminhos do Etanol face aos aspectos socioambientais" .....	15
<b>O MEIO AMBIENTE PARA A INFRA-ESTRUTURA.....</b>	<b>17</b>
1. Desafios do saneamento ambiental.....	17
2. Desafios ambientais para o setor de transportes.....	18
3. Desafios ambientais para o setor de energia .....	20
4. Painel - Desafios ambientais para a infra-estrutura.....	21
<b>O MEIO AMBIENTE PARA A COMPETITIVIDADE E TECNOLOGIA .....</b>	<b>22</b>
Painel - A Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP) e a produção sustentável .....	22
1. Instrumentos de apoio à produção sustentável.....	23
<b>O MEIO AMBIENTE PARA O COMÉRCIO EXTERIOR .....</b>	<b>24</b>
1. O meio ambiente nas negociações internacionais de comércio .....	24
2. Certificações e barreiras ambientais ao comércio .....	25
<b>O ARCABOUÇO LEGAL E INSTITUCIONAL AMBIENTAL .....</b>	<b>27</b>
1. O papel dos conselhos e a sobreposição de competências entre o Poder Executivo e Legislativo .....	27
2. Responsabilidade pós-consumo e as implicações ao setor industrial .....	28
<b>RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL .....</b>	<b>30</b>
1. A educação no contexto do desenvolvimento sustentável.....	30
2. Ações socioambientais das empresas .....	31
<b>DESAFIOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – PERSPECTIVAS PARA O NOVO MILÊNIO .....</b>	<b>33</b>





## QUE PAÍS QUEREMOS?

O Brasil é um país maravilhoso, com abundância de terras e recursos hídricos, biodiversidade sem comparação e um povo eclético, trabalhador e criativo, fruto da mescla de diferentes culturas e civilizações.

O caminho para conquistar o desenvolvimento econômico justo e merecido por todos os brasileiros, sem infligir ações predatórias à natureza nem afetar as características peculiares das comunidades tradicionais, é um dos mais importantes desafios enfrentados pelos setores produtivos neste começo de século.

A necessidade de buscar esse modelo de crescimento, ao qual se consagrou denominar “sustentável”, goza de unanimidade. Mas a vida real nos mostra que não é tão fácil cumprir todas as diretrizes da sustentabilidade. Afinal, estamos falando de gerar riqueza, emprego e renda para milhares de pessoas, que estão aqui e agora, e ao mesmo tempo assegurar que as gerações vindouras tenham acesso a um meio ambiente equilibrado e saudável.

A singularidade do momento que vivemos, no qual coexistem necessidades urgentes e compromissos com o futuro, inspirou o tema da Semana Fiesp-Ciesp de Meio Ambiente 2008: “Que País Queremos?”.

Com o objetivo de encontrar respostas para essa questão, criamos uma programação especial na semana de meio ambiente de 2008. De 2 a 6 de junho, legisladores, representantes de diferentes setores governamentais, especialistas em meio ambiente, juristas, personalidades do meio empresarial e expoentes do agronegócio reuniram-se na sede da Fiesp para trocar experiências, identificar gargalos, apontar soluções e analisar diferentes pontos de vista.

O resultado dessa ampla discussão está condensado neste volume que você tem em mãos. Trata-se de um conteúdo rico e, principalmente, útil, tanto para os estrategistas da iniciativa privada quanto para os responsáveis pelo delineamento de políticas públicas.

Uma boa leitura!

**Paulo Skaf**

Presidente

Neste início de milênio, todos os setores da sociedade estão se defrontando com enormes desafios ambientais. O setor produtivo, de maneira mais direta, está percebendo uma mudança no perfil de clientes, investidores e parceiros, que estão rapidamente se tornando mais exigentes em termos da nossa responsabilidade socioambiental.

Neste contexto, de forma inédita, a temática ambiental foi debatida de forma transversal no âmbito de 09 Conselhos Superiores do Instituto Roberto Simonsen, e respectivas Diretorias da Fiesp : Economia, Agronegócio, Infra-Estrutura, Tecnologia e Competitividade, Comércio Exterior, Assuntos Jurídicos e Legislativos, Responsabilidade Social, Meio Ambiente e Estudos Avançados, no âmbito da X Semana FIESP/CIESP de Meio Ambiente

Foram mobilizadas 80 personalidades em 15 mesas-redondas e 3 painéis, que atuaram como debatedores, expositores, moderadores e relatores, sendo em sua maioria, membros dos nossos Conselhos Superiores, Diretores Titulares, Adjuntos, Presidentes de Empresas, Executivos, Presidentes de Sindicatos e Associações, autoridades da academia e do poder público, municipal, estadual e federal e dos poderes executivo, legislativo e judiciário.

Participaram dos debates, que foram transmitidos para todas as regionais do CIESP, mais de 1000 pessoas. O resultado dos trabalhos está consolidado nesta publicação, que certamente contribuirá para demonstrar a visão e os desafios ambientais sob o olhar do setor produtivo paulista.

**Nelson Pereira dos Reis**

Vice-Presidente da FIESP

Diretor Titular do Departamento de Meio Ambiente - DMA / FIESP

## **Semana FIESP CIESP de Meio Ambiente 2008**

“A indústria preserva a vida” foi o tema adequado para expressar o compromisso do setor industrial paulista na preservação do meio ambiente e melhoria de qualidade de vida da população no evento mais mobilizador, abrangente e de integração com a sociedade, de todos os similares até agora realizados.

E isto foi expresso de maneira uniforme numa ação conjunta FIESP-CIESP nas mais diferentes atividades com público variado tanto na Capital, na Região Metropolitana de São Paulo, como por todo o interior de nosso Estado, reunindo mais de 50.000 pessoas.

As múltiplas e variadas atividades mobilizaram as mais distintas faixas da sociedade, em todos os sentidos, nas escolas, nos espaços públicos, ao ar livre. O debate técnico, importante para nortear o posicionamento da direção do sistema FIESP-CIESP reuniu os mais renomados especialistas que discutiram de maneira inédita o meio ambiente de modo transversal aos diversos temas.

O “Abraço ao Parque Trianon” realizado no espaço público de mesmo nome próximo à sede da FIESP, reuniu cerca de 2.000 pessoas entre autoridades, diretores e funcionários do sistema FIESP-CIESP e público em geral culminando na assinatura do Protocolo de Cooperação da representação das indústrias paulistas com este importante espaço público numa integração produtiva entre o setor público e o privado.

Inúmeras outras atividades foram realizadas nos Eventos Regionais com a participação do CIESP, SENAI e Sesi, numa integração com a sociedade, entre as quais a ecoesportiva como corridas, caminhadas, e equoterapia; eventos culturais com apresentação de orquestras filarmônicas, bandas de música, dança, teatro, circo, exposição, feira do livro, e mostras culturais; e atividades educativas através da coleta e reciclagem de lixo, limpeza de praias e córregos, concursos, entre outros.

Desta forma a dinâmica indústria paulista, geradora de bens, produtos, serviços, renda e emprego, além de colocar os interesses do Brasil acima de seus próprios interesses, reitera de maneira inequívoca sua convicção na relevância da preservação do meio ambiente como componente intrínseco do desenvolvimento sustentável de nosso país.

**Walter Lazzarini**

Conselho Superior de Meio Ambiente - COSEMA  
Presidente



# O MEIO AMBIENTE PARA A ECONOMIA

## 1. Desafios do crescimento econômico sustentado

### Composição da Mesa Redonda :

Presidente: Walter Sacca – Vice-Presidente do Conselho Superior de Economia

Moderador/Relator:

Nelson Pereira dos Reis – Vice-Presidente da Fiesp e Diretor Titular do Departamento de Meio Ambiente da Fiesp

Debatedores:

Rubens Approbatto Machado Jr. – Diretor Presidente da Petroquímica União

Rubens C. D. Garlipp – Superintendente da Sociedade Brasileira de Silvicultura

Elio Martins – Presidente da Eternit

### Relato Final:

A preocupação ambiental está se generalizando no mundo todo. Cada vez mais, influencia os perfis de consumidores, investidores e da sociedade em geral. Desta forma, nossos clientes e parceiros estão rapidamente se tornando mais exigentes, não apenas no que se refere à qualidade de nossos produtos, mas em termos da nossa responsabilidade socioambiental.

Em especial, as empresas usuárias dos recursos da natureza e de base têm uma responsabilidade ainda maior, pois, para atenderem às demandas da indústria manufatureira e demais setores da cadeia produtiva, são as que atuam diretamente sobre os bens ambientais.

O crescimento econômico sustentado implica na minimização do uso de matérias-primas, energia e recursos naturais, e na potencialização das práticas de reciclagem e reuso.

A gestão sustentável de recursos naturais, o desenvolvimento tecnológico e a obtenção de certificações que atestem a responsabilidade socioambiental foram destacados como fatores indispensáveis à competitividade das empresas em um mundo globalizado e cada vez mais atento às questões ambientais.

É condição necessária, mas não suficiente, traçar as políticas corretas e fazer investimentos. Torna-se urgente desenvolver uma nova consciência, ter um ganho de cultura, de modo que a busca da sustentabilidade não seja mais visto como um ônus ou uma despesa, mas, ao contrário, como um bom investimento.



## 2. Meio ambiente: riscos e oportunidades de negócios

### Composição da Mesa Redonda:

Presidente : Walter Sacca – Vice-Presidente do Conselho Superior de Economia

Moderador / Relator:

Nelson Pereira dos Reis – Vice-Presidente da Fiesp e Diretor Titular do Departamento de Meio Ambiente da Fiesp

Walter Lazzarini – Presidente do Conselho Superior de Meio Ambiente da Fiesp

Debatedores:

Hugo Ferraz Penteado – Economista Chefe e Estrategista do ABN AMRO;

Álvaro Mendonça – Diretor de Produtos Financeiros e Ambientais da BMFBOVESPA

### Relato Final :

Em sintonia com as tendências mundiais, o mercado brasileiro de capitais está, atualmente, criando estímulos positivos para as empresas que apresentam uma atitude proativa no que concerne às questões ambientais. São exemplos desses estímulos a nova carteira de ações do Índice de Sustentabilidade Empresarial da BMFBOVESPA, com pleno sucesso e valorização das empresas integrantes, e o chamado “Mercado Voluntário”, que está estreitamente ligado à percepção do consumidor em relação ao grau de responsabilidade socioambiental das empresas.

Hoje, além de dividendos, os investidores de longo prazo buscam uma boa governança corporativa, e evitam investimentos que possam colocá-los à mercê de passivos ambientais.

Em termos de riscos, o mercado de créditos de carbono ainda carece de um marco regulatório e de isenção de tributos, pois é uma atividade meritória, tipicamente voltada para a exportação.

Em termos de oportunidades de negócios, foi destacada a necessidade de se criar, no País, fundos vendedores de créditos de carbono, focados sobretudo no atendimento às médias e pequenas indústrias, uma vez que os fundos internacionais são essencialmente compradores.

Além disso, ressalta-se que existem boas oportunidades de negócios, tanto para as empresas que preservam os recursos naturais, quanto para as novas empresas que se destinam a recuperar o meio ambiente.

# O MEIO AMBIENTE PARA O AGRONEGÓCIO

## 1. A Sustentabilidade do Agronegócio

### Composição da Mesa Redonda :

Presidente: Benedito da Silva Ferreira – Vice-Presidente do Conselho Superior do Agronegócio e Diretor Titular do Departamento do Agronegócio

Moderador e Relator:

Jose Roberto da Ros – Membro do Conselho Superior de Meio Ambiente da Fiesp

Debatedores

Benedito da Silva Ferreira – Vice-Presidente do Conselho Superior do Agronegócio e Diretor Titular do Departamento do Agronegócio

Nelson Pereira dos Reis – Vice-Presidente da Fiesp e Diretor Titular do Departamento de Meio Ambiente da Fiesp

Jose Roberto da Ros – Membro do Conselho Superior de Meio Ambiente da Fiesp

## 2. Os Caminhos do Etanol face aos aspectos socioambientais”

### Composição da Mesa Redonda :

Presidente :Benedito da Silva Ferreira – Vice-Presidente do Conselho Superior do Agronegócio e Diretor Titular do Departamento do Agronegócio

Moderador e Relator:

Nelson Pereira dos Reis – Vice-Presidente da Fiesp e Diretor Titular do Departamento de Meio Ambiente da Fiesp

Jose Roberto Da Ros – Membro do Conselho Superior de Meio Ambiente da Fiesp

Debatedores:

Luis Carlos Correa Carvalho – Membro do Conselho Superior do Agronegócio

Marcio Nappo – Assessor de Meio Ambiente da Única

Maurilio Biagi – Membro do Conselho Superior de Meio Ambiente da Fiesp

Luiz Gonzaga Bertelli – Diretor do Departamento de Meio Ambiente da Fiesp

## Relato Final :

Em 2007, o agronegócio respondeu por 36% das exportações brasileiras, 37% dos empregos e 25% do PIB brasileiro. Nos últimos 14 anos, a produção de grãos brasileira cresceu cerca de 80%, sendo que o aumento da área plantada no País foi de apenas 18,5%. Esses dados permitem afirmar que, nesse período, o Brasil conseguiu elevar sua produtividade em aproximadamente 51,3%.

Entre os motivos apontados para tamanho sucesso, foram mencionados o clima favorável, a disponibilidade de água e solo, a pesquisa e o desenvolvimento de novos cultivos, a utilização intensiva dos insumos agrícolas, a capacitação de recursos humanos, a disponibilidade de crédito agrícola a juros competitivos e as ações conservacionistas, como o plantio direto.

Há consenso de que o agronegócio brasileiro vem demonstrando capacidade de aumentar massivamente sua produção, via ganhos de produtividade.

Adicionalmente, o Brasil configura-se como único país com experiência de mais de trinta anos na produção de etanol em grande escala, colaborando para que o país apresente 45% da sua matriz energética advinda de fontes renováveis. É importante salientar que a área ocupada pela cultura da cana é de cerca de sete milhões de hectares, ou 2% da área agricultável no país.

Mesmo cumprindo um papel central no abastecimento mundial de alimentos e na apresentação de soluções renováveis para a questão energética, o agronegócio brasileiro tem sido alvo de constantes ataques na imprensa internacional, em virtude do cenário mundial caracterizado pelo aumento da demanda por alimentos e energia, consequência direta do crescimento dos países em desenvolvimento (acima da média mundial), da rápida urbanização de países asiáticos e africanos e da escassez de terras e outros fatores de produção, como fertilizantes, no contexto global.

A solução apontada para o cenário de escassez de alimentos só será alcançada pelo aumento da produção agropecuária e seus insumos, associado à redução do protecionismo dos países produtores internacionais, com a eliminação ou redução de subsídios.

Do mesmo modo, o agronegócio brasileiro tem sido colocado no cenário mundial como o principal responsável pelos altos índices de desmatamento da Amazônia Brasileira, o que certamente não corresponde à realidade.

Diante desse contexto, considerou-se fundamental investir em mecanismos que possibilitem rebater os ataques recebidos, destacando-se: a melhora da comunicação do setor, inclusive com o maior engajamento da comunidade técnico-científica na divulgação dos avanços do agronegócio brasileiro; e a intensificação das melhores práticas conservacionistas, já em curso, a exemplo do Protocolo Agro-ambiental assinado pela Única com o Governo do Estado de São Paulo.

# O MEIO AMBIENTE PARA A INFRA-ESTRUTURA

## 1. Desafios do saneamento ambiental

### Composição da Mesa Redonda :

Presidente: Fernando Xavier Ferreira – Presidente do Conselho Superior de Infra-Estrutura

Moderador / Relator:

Arthur César Whitaker de Carvalho – Diretor Titular Adjunto do Departamento de Meio Ambiente da Fiesp

José Eduardo Cavalcanti – Membro do Conselho Superior de Meio Ambiente

Julio Cerqueira César – Membro do Conselho Superior de Meio Ambiente

Debatedores:

Ricardo Toledo Silva – Secretário Adjunto de Saneamento e Energia

Newton de Lima Azevedo – Vice Presidente da Associação Brasileira da Infra-Estrutura e Indústrias de Base

Carlos Alberto Rosito – Presidente da AIDIS – Asociación Interamericana de Ingeniería Sanitaria Y Ambiental

Raul Pinho – Diretor Executivo do Instituto Trata Brasil

### Relato Final :

Dos serviços de infra-estrutura, o saneamento representa um dos maiores desafios, considerando que:

- 110 milhões de brasileiros não têm esgoto tratado;
- 70 milhões de brasileiros não têm esgoto coletado;
- 22 milhões de brasileiros não têm água tratada.

Este é um fator que deve gerar grande cuidado e preocupação, uma vez que a falta dos serviços de saneamento implica diretamente na saúde da população, em especial das crianças:

- 65% das internações em hospitais são de crianças com menos de 10 anos, por deficiência ou inexistência de tratamento de esgoto e água limpa (SUS);
- 60% da ausência de crianças de zero a seis anos em creches e salas de aula deve-se a doenças relacionadas à falta de saneamento. (Trata Brasil/FGV);
- Crianças que vivem em áreas sem saneamento apresentam 30% a menos de aproveitamento escolar (Trata Brasil/FGV).

A relevância do tema está traduzida nas Metas do Milênio, estabelecidas pela

Organização das Nações Unidas, sobre a necessidade de se duplicar o acesso da população mundial à água potável até 2025. No Brasil, mantidos os atuais níveis de investimentos públicos, a universalização dos serviços, em termos do abastecimento de água, pode ser alcançada. Mas, em termos da coleta, tratamento e disposição final de efluentes domésticos, não será possível cumprir as metas programadas sem que haja participação da iniciativa privada.

O desafio é complexo, tanto em termos de escala, considerando as macro-metrópoles, quanto em termos de escopo, exigindo soluções integradas, como, por exemplo, a necessidade de se incorporar a geração de energia nos processos de tratamento de resíduos e no abastecimento de água.

Sua solução passa obrigatoriamente pela adoção de modelos alternativos, com a redução de encargos tributários e o fomento às parcerias público – privadas – PPP's, em conformidade ao disposto no novo marco regulatório do setor, a Lei Federal nº 11.445/07.

Para a universalização dos serviços de saneamento, são necessários investimentos da ordem de dez bilhões de reais por ano pelos próximos vinte anos. Esse fato demonstra claramente que, qualquer que seja o modelo adotado, o Estado deve assumir seu papel de ente regulador, com competência, deixando a cargo do setor privado a execução e operação dos serviços.

## **2. Desafios ambientais para o setor de transportes**

### **Composição da Mesa Redonda :**

Presidente: Fernando Xavier Ferreira – Presidente do Conselho Superior de Infra-Estrutura

Moderador e Relator:

Arthur César Whitaker de Carvalho – Diretor Titular Adjunto do Departamento de Meio Ambiente da Fiesp

Celso Monteiro de Carvalho – Vice-Presidente do Conselho Superior de Meio Ambiente da Fiesp

Debatedores:

“Rodoanel – Planejamento do tráfego no ambiente urbano e rodoviário” – Thomaz de Aquino Nogueira Neto – Presidente da DERSA – Desenvolvimento Rodoviário S.A.

“A expansão da infra-estrutura Portuária e os impactos ambientais” – Antonio Mauricio Ferreira Netto – Diretor do Departamento de Revitalização e Modernização Portuária – Secretaria Especial de Portos

“O licenciamento ambiental das obras de infra-estrutura – João Roberto Rodrigues – Membro do Conselho Superior de Meio Ambiente da Fiesp



## Relato Final :

Em relação ao setor de transportes, foi colocada como aspecto central do debate a incorporação dos aspectos ambientais nas fases de projeto e instalação das grandes obras de infra-estrutura de transportes.

Destacou-se o fato de que a engenharia brasileira, em especial os setores de projeto e operação, passa por uma mudança cultural, em função das questões relacionadas ao meio ambiente e da conseqüente necessidade de integração das doutrinas do projeto e da operação.

Inicialmente, os projetos trabalhavam com o controle dos danos decorrentes da implantação de tais empreendimentos. Hoje, admite-se que não basta controlar os danos, é preciso trabalhar os aspectos de mitigação e compensação, sendo necessário colocar a variável ambiental nas fases iniciais de projeto.

Os aspectos ambientais, em sua totalidade, devem ser encarados como fatores de investimento, tanto em razão do custo direto das medidas mitigatórias e compensatórias, quanto pelo custo indireto, decorrente do não cumprimento do cronograma do empreendimento, incluindo-se aí as fases de planejamento, construção e operação.

Um importante gargalo a ser enfrentado pelo setor é a falta de profissionais técnicos capacitados, não só na área de projeto e consultoria, mas, sobretudo, na área ambiental, face às inúmeras exigências ambientais que se colocam para todas as fases do empreendimento. Esse problema só será corrigido com investimentos na educação e na qualificação dos quadros técnicos

Destacaram-se os aspectos relacionados ao processo de licenciamento ambiental, principalmente em relação à multiplicidade de órgãos a serem consultados e à intensa judicialização dos processos, o que freqüentemente afeta os cronogramas previstos e, por vezes, inviabiliza obras necessárias.

Nesse sentido, foi abordada a necessidade de se discutir os custos sociais e econômicos decorrentes do atraso ou da inviabilização de um dado empreendimento.

Várias são as obras que aguardam solução para o seu licenciamento, podendo-se citar a Duplicação da BR116 – Régis Bitencourt; e a dragagem do Porto de Santos. Lembrando que o próprio Rodoanel Metropolitano Mário Covas – Trecho Sul foi vítima desse processo, uma vez que a Licença Prévia para este empreendimento levou cinco anos para ser expedida.

A solução para os problemas relacionados à demora do licenciamento ambiental certamente passarão por uma discussão ampla de reformulação de normas legais e infra-legais.

Em curto prazo, vislumbra-se a necessidade de trabalhar instrumentos que permitam licenciar os diferentes empreendimentos, tendo como referencial um planejamento setorial que norteie a sua implantação.

Uma boa notícia é que, paulatinamente, os setores vão ajustando seus procedimentos e negociando junto aos órgãos ambientais regras específicas que permitem adaptar o cronograma de investimentos e obras com as necessidades de estudos demandados pelo licenciamento ambiental. Um exemplo é a articulação entre a Secretaria Especial de Portos e o Ministério do Meio Ambiente – MMA para agilizar os processos de licenciamento das ações previstas no Programa de Dragagem dos Portos.

### 3. Desafios ambientais para o setor de energia

#### Composição da Mesa Redonda :

Presidente: Fernando Xavier Ferreira – Presidente do Conselho Superior de Infra-Estrutura

Moderador e Relator:

Jayme de Setta Filho – Gerente de Articulação e Contingência da Petrobrás e Membro do Conselho Superior de Meio Ambiente da Fiesp

Debatedores:

Sílvia Calou – Diretora Executiva da Associação Brasileira de Concessionárias de Energia

Daniele de Araújo Magalhães – Assessora do Ministério da Ciência e Tecnologia – “Emissão de CO2 associados à geração da energia ”

Alberto Ninio – Lead Counsel of Environment & International Law of The World Bank – “Licenciamento Ambiental de Empreendimentos Hidrelétricos no Brasil: Uma Contribuição para o Debate”

#### Relato Final :

O desenvolvimento de um país está intrinsecamente relacionado ao uso sustentável de energia. Assim, o crescimento do país impõe a necessidade de utilização de energia de diversas fontes, com os cuidados sociais e ambientais adequados. As fontes renováveis não podem ser desprezadas, principalmente as de biomassa (metanol, biogás, óleo), que embora comparativamente à energia hidroelétrica apresentem um custo mais elevado por MWH, têm preços competitivos, e também as provenientes de UTE e gás natural. O Brasil possui uma invejável matriz energética, sendo que aproximadamente 90% dela são de fontes renováveis.

Para atender à demanda prevista no PAC do Governo Federal, há necessidade de se incrementar a geração de energia, principalmente a oriunda de hidroelétricas. O Brasil possui um potencial de mais de 250.000 MW, mas conta com apenas 28% desse valor desenvolvido.

A variável ambiental é ponto fundamental no desenvolvimento de projetos. Os custos ambientais e sociais do desenvolvimento de um projeto hidroelétrico representam 12% do custo da obra, e os custos provenientes da incerteza regulatória, excluído o licenciamento, representam outros 7,5% do custo total. Há necessidade premente do desenvolvimento de um marco regulatório moderno e previsível. Também se fazem necessárias a regulamentação da competência ambiental (Art. 23 da CF) e a formulação de instrumento de avaliação estratégica.

## 4. Painel - Desafios ambientais para a infra-estrutura

José Pedro de Oliveira Costa – Membro do Conselho Superior de Meio Ambiente da Fiesp

### Relato Final :

Destacou-se como principal problema da atualidade o crescimento excessivo da população mundial e sua distribuição heterogênea nas diversas regiões do Planeta.

O crescimento excessivo da população mundial implica diretamente no aumento da demanda do consumo, e conseqüentemente, na utilização crescente dos recursos naturais.

Por outro lado, a má distribuição da população e a excessiva concentração nas regiões urbanas, especialmente nas regiões metropolitanas, implicam na necessidade de infra-estrutura básica de energia, transporte, comunicação e saneamento, cuja oferta não acompanha a demanda.

Como consequência direta desse cenário, tem-se o desencadeamento de problemas ambientais diversos, seja na escala global (perda da biodiversidade, mudanças climáticas, escassez de recursos para a produção de alimentos), seja na escala regional/local (trânsito, poluição, falta de saneamento básico, desmatamentos).

Na escala global, não é difícil imaginar que, a médio e longo prazo, será necessário instituir políticas mundiais nas áreas de habitação e qualidade de consumo, a exemplo dos acordos sobre mudanças climáticas e proteção da biodiversidade.

Na escala regional/local, o desafio que se coloca é de como efetivar a conservação dos remanescentes naturais dos diversos biomas (incluindo-se a Amazônia), permeados pela infra-estrutura cada vez mais necessária às populações humanas.

Nesse aspecto, destacam-se os exemplos positivos a serem seguidos, como a implantação da segunda pista da Rodovia Imigrantes, em São Paulo, conciliando, em larga medida, a preservação dos remanescentes da Mata Atlântica sobre a Serra do Mar, como a implantação de uma obra de engenharia de primeiro mundo.

Para tanto, será necessário intensificar as ações de planejamento territorial, por meio da adoção de “modelos de ocupação” que, em igual medida, tenham como ideários a proteção, o desenvolvimento sustentável e o uso intensivo de determinados ambientes, de forma a garantir a sustentabilidade ambiental, social e econômica das diferentes regiões.

Nesse sentido, o Brasil, quando comparado a outras nações, encontra-se em uma situação privilegiada, na medida em que ainda possui elevados índices de áreas naturais.

# O MEIO AMBIENTE PARA A COMPETITIVIDADE E TECNOLOGIA

## Painel - A Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP) e a produção sustentável

Marcos Otávio Bezerra Prates – Diretor do Departamento de Competitividade Industrial do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

### Relato Final :

No tocante à produção sustentável, a nova Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP), recém-lançada pelo Governo Federal, deve se adequar ao atual contexto das mudanças climáticas globais e seus reflexos regionais, os quais já estão sendo sentidos, levando à necessidade urgente de reduzir as emissões de gases de efeito estufa e a supressão de florestas, com a conseqüente alteração do uso da terra e seus impactos na atmosfera. É urgente mudar os padrões da matriz energética, de produção e consumo, num mundo em que não se alcançou o equilíbrio econômico e social, e, por conseqüência, o equilíbrio energético. Há muitos países que carecem de desenvolvimento econômico e social, o que demandará, em muitos casos, o consumo de energia não-renovável e a emissão de gases de efeito estufa. As necessidades de crescimento pressionam também os setores agrossilvopastoris, por conta da demanda por alimentos, além do próprio setor energético. Assim, a PDP, a este respeito, pautou-se pela necessidade de assegurar um sistema de produção de baixa emissão e ambientalmente viável, com os principais focos, como segue:

1) Aumento da participação do Brasil no Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, no contexto do Protocolo de Quioto, por meio de: valorização dos projetos de MDL, nos mercados; criação de novas metodologias para os projetos de MDL; incentivo à adoção de novas tecnologias, tais como bioestabilização e biorremediação, reduzindo-se a geração de efluentes e resíduos orgânicos; estabelecimento de projetos e fundos tecnológicos (de pesquisa e desenvolvimento) e de apoio a projetos de MDL (Funtec e BNDES, respectivamente).

2) Estabelecimento de Programa Agrossilvopastoril Sustentável, para assistência técnica, tecnológica, de crédito e gerencial, bem como incentivos fiscais para a produção de alimentos com melhoria da produtividade das terras e recuperação florestal, de matas ciliares e nascentes.

3) Formação de cadeias produtivas sustentáveis.

4) Estabelecimento de Programa de Modernização Administrativa (criação de fundos para projetos, linhas de financiamento, fundos setoriais, redução da insegurança jurídica relativa aos créditos de carbono, políticas públicas, regulamentações etc.).

# 1. Instrumentos de apoio à produção sustentável

## Composição da Mesa Redonda :

Presidente: José Fernando Perez – Vice Presidente do Conselho Superior de Tecnologia e Competitividade.

Moderador / Relator:

José Ricardo Roriz Coelho – Diretor Titular do Departamento de Competitividade e Tecnologia da Fiesp

Nelson Pereira dos Reis – Vice-Presidente da Fiesp e Diretor Titular do Departamento de Meio Ambiente da Fiesp

Olívio Ávila – Diretor Executivo da Associação Nacional de Pesquisa, Desenvolvimento e Engenharia das Empresas Inovadoras.

Debatedores:

Daniele de Araújo Magalhães – Assessora do Ministério da Ciência e Tecnologia.

Marco Antonio Fujihara – Diretor do Instituto Totum.

Eduardo Moacyr Krieger – Academia Brasileira de Ciências.

## Relato Final :

Tendo em vista os focos da Política de Desenvolvimento Produtivo, no campo da produção sustentável, os principais instrumentos que lhe confeririam viabilidade são:

- Os projetos de MDL, no regime do Protocolo de Quioto: este instrumento precisa ser modernizado, com redução de custos dos projetos e avaliação de seu desempenho, para que haja, respectivamente, aumento significativo dos projetos brasileiros aprovados, e entrega do carbono vendido no mercado (comprovação de eficiência e eficácia dos projetos realizados; redução de emissões, de fato); desenvolvimento de novas metodologias, focadas na redução de emissões e sustentabilidade, em especial no setor de transportes, coletivo ou individual, considerando o foco da 3ª geração de projetos de MDL.
- Os fundos para créditos de carbono e as linhas de financiamento de projetos de MDL.
- A pesquisa e o desenvolvimento para a inovação tecnológica e seu sistema de incentivo e de financiamento, de modo a colocar produtos de alto valor agregado no mercado interno e externo, em especial o segundo.
- A gestão dos projetos, programas e políticas, voltados a empresas, produtos, à pesquisa e ao desenvolvimento, promovendo mudanças culturais, preparação técnica, orquestração política e participação no universo científico e tecnológico internacional, formador de opinião de mercados e governos, bem como definindo os marcos legais.



# **O MEIO AMBIENTE PARA O COMÉRCIO EXTERIOR**

## **1. O meio ambiente nas negociações internacionais de comércio**

### **Composição da Mesa Redonda :**

Presidente: Emb. Rubens Antonio Barbosa – Presidente do Conselho Superior de Comércio Exterior.

Moderador / Relator:

Mario Marconini – Diretor Titular Adjunto do Departamento de Relações Internacionais e Comércio Exterior da Fiesp – relator.

Paulo Roberto Dallari Soares – Diretor do Departamento de Meio Ambiente da Fiesp.

Laura Tetti – Conselheira do Conselho Superior de Meio Ambiente da Fiesp – moderadora.

Debatedores:

Eliane Fontes – Coordenadora do Departamento de Negociação Internacional do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

Miracyr Assis Marcato – Diretor de Relações Internacionais do Instituto de Engenharia e membro Conselho Superior de Comércio Exterior.

### **Relato Final :**

As principais questões relativas ao tema seriam:

1) A necessidade de definição de bem ambiental, no âmbito das negociações internacionais, na Organização Mundial do Comércio (OMC) e seus reflexos no mercado brasileiro.

2) A regulamentação ambiental internacional e a OMC.

3) Barreiras tarifárias e não-tarifárias.

Neste contexto, o que se conclui é que, em termos de negociações internacionais, no âmbito da OMC, as regulamentações técnicas ambientais (normas e suas certificações), a política de cotas e tarifas, bem como a definição de bem ambiental, abordado ou não na forma de lista de bens ambientais, têm caráter exclusivo de protecionismo de mercados e produtos de países competitivos, tais como os da União Européia, Japão e Estados Unidos. A discussão, portanto, não se dá devido ao consenso dos países-membros da OMC pela necessidade de comércio justo num mundo que demanda desenvolvimento sustentável, mas por razões de proteção de mercados.

## 2. Certificações e barreiras ambientais ao comércio

### Composição da Mesa Redonda :

Presidente: Emb. Rubens Antonio Barbosa – Presidente do Conselho Superior de Comércio Exterior.

Moderador / Relator:

Eduardo Ribeiro – Diretor Titular Adjunto do Departamento de Relações Internacionais e Comércio Exterior da Fiesp.

Paulo Roberto Dallari Soares – Diretor do Departamento de Meio Ambiente da Fiesp.

Laura Tetti – Conselheira do Conselho Superior de Meio Ambiente da Fiesp.

Debatedores:

Paulo Ferracioli – Professor da Fundação Getúlio Vargas – RJ e membro do Conselho Superior de Comércio Exterior.

João Paulo Cândia Veiga – Centro de Estudos e Negociações Internacionais da Universidade de São Paulo.

### Relato Final :

Quanto às certificações e normas ambientais no mercado internacional:

Sabe-se que há quase uma dezena de acordos multilaterais ambientais, feitos com o propósito de reduzir a degradação ambiental, as emissões de gases danosos à atmosfera e à saúde humana, a produção, circulação e uso de substâncias químicas perigosas, e de conservar recursos naturais, atendendo ao princípio da precaução. Esses acordos demandam adequação ambiental de produtos e da produção, em todos os países industrializados, signatários ou não, uma vez que suas condicionantes técnicas acabam se tornando exigências, regulando tecnicamente o mercado internacional de muitos produtos. Como exemplos, há o Protocolo de Montreal, de Quioto, a Convenção da Basiléia, da Biodiversidade e regulamentos técnicos, como o REACH e GHS, esses últimos voltados a substâncias químicas, entre outros exemplos.

Quanto à normalização ambiental e à certificação, por outro lado, sabe-se que se trata de um processo de institucionalização de uma acomodação, consensual, entre o setor privado e o terceiro setor, o qual: 1) gera autoridade, por vezes equivalente à de um acordo multilateral; 2) inclui elaboração de conteúdo técnico de relevância ambiental, econômica e social; e 3) reflete o envolvimento de partes interessadas importantes.

É um processo justificado pelos seguintes fatores: 1) a própria necessidade de eficiência e eficácia econômica das nações; 2) a demanda da sociedade, de obediência a parâmetros e padrões ambientais globais, regionais e/ou locais; e, também, 3) a opção pela criação de barreiras técnicas, em especial por parte de países desenvolvidos.

Conclui-se que este processo, nacional, regional ou internacional, de formulação de regulamentação técnica ambiental, de normalização e certificação, é irreversível e representa a necessidade de: 1) estabelecerem-se regras internacionais, regionais ou locais “da base para o topo” ou de “baixo para cima”; 2) afirmação da governança privada; e 3) criação de um esquema flexível de adaptação a novos paradigmas ambientais, mesmo que isso gere distorções e usos indevidos desses mecanismos, como é o caso da geração de barreiras técnicas ambientais nos mercados.

# **O ARCABOUÇO LEGAL E INSTITUCIONAL AMBIENTAL**

## **1. O papel dos conselhos e a sobreposição de competências entre o Poder Executivo e Legislativo**

### **Composição da Mesa Redonda :**

Presidente: Sydney Sanches – Presidente do Conselho Superior de Assuntos Jurídicos e Legislativos

Moderador / Relator :

Carlos Alberto Maluf Sanseverino – Pres. da Comissão do Meio Ambiente da Seccional Paulista da OAB, Membro do Cosema

Nelson Pereira dos Reis – Vice-Presidente da Fiesp e Diretor Titular do Departamento de Meio Ambiente da Fiesp

Debatedores:

Grace Dallapria – Gerente de Meio Ambiente da Confederação Nacional da Indústria

Maria Luiza Werneck dos Santos – Procuradora do Estado do Rio de Janeiro e sócia do escritório Werneck, Tabet & Noce Advogados.

Gustavo Trindade – Advogado

Luciano Pizzatto – Deputado Federal

Nilo Diniz – Diretor do Conselho Nacional de Meio Ambiente

### **Relato Final :**

O Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama), criado pela Lei Federal 6938/1981, é o órgão consultivo e deliberativo do Poder Executivo, que tem, entre outras, a finalidade de assessorar, estudar e propor ao conselho de Governo, diretrizes de políticas governamentais para o meio ambiente e os recursos naturais e deliberar, no âmbito de sua competência, sobre normas e padrões compatíveis com o meio ambiente ecologicamente equilibrado e essencial à sadia qualidade de vida.

O conflito com o Poder Legislativo decorre exatamente do entendimento sobre a elaboração e, principalmente, sobre a aplicação dessas normas. Em vários casos, tais como pneumáticos, pilhas e baterias e outros, as Resoluções estabelecem responsabilidades pela coleta ou recolhimento dos materiais após o uso pelo con-

sumidor. O Poder Legislativo interpreta que há extrapolação de competência, ou seja, as inovações jurídicas somente podem ser feitas por meio de Leis, emanadas pelo Poder legislativo e não por normas procedentes do Conama, respeitando-se o inciso II, do art. 5º da Constituição Federal, que estabelece que:

“II – ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei;”

Portanto, há consenso entre todos os atores de que várias Resoluções Conama apresentam vício de constitucionalidade e extrapolam a competência, ao instituir responsabilidades que são inerentes aos textos legais e emanados do Poder Legislativo.

Entretanto, no meio desse conflito de competências, está o setor industrial, que, além da insegurança jurídica em razão do arcabouço legal extenso e por vezes contraditório, também lida com a incerteza em relação aos textos legais ou normativos que devem ser seguidos.

O setor industrial como indutor de questões ambientais, tanto no Conama, quanto no Congresso Nacional, tem a necessidade de se aproximar de forma mais incisiva em todas as discussões e, se possível, daquelas em que seus interesses estejam diretamente envolvidos.

No Conama, por exemplo, pode-se perceber que a participação do setor empresarial na composição do Conselho é mínima: conta com apenas oito dos 103 representantes com direito a voto. Logo, a ampliação dessa participação é fundamental para que essa discussão se enriqueça, de modo que o principal interessado – o setor industrial – conquiste o mínimo de poder de decisão sobre o que será cobrado.

## 2. Responsabilidade pós-consumo e as implicações ao setor industrial

### Composição da Mesa Redonda :

Presidente: Sydney Sanches – Presidente do Conselho Superior de Assuntos Jurídicos e Legislativos

Moderador / Relator:

Rosa Ramos – Comissão do Meio Ambiente da Seccional Paulista da OAB, Membro do Cosema.

Nelson Pereira dos Reis – Vice-Presidente da Fiesp e Diretor Titular do Departamento de Meio Ambiente da Fiesp

Debatedores:

Rodrigo Sales – Advogado Sócio da Trench Watanabe Advogados

Francisco de Assis Esmeraldo – Presidente da Plastivida

Daury de Paula Junior – Promotor do Ministério Público da Baixada Santista



## **Relato Final :**

A responsabilidade pós-consumo é aplicada, especialmente, aos denominados resíduos sólidos especiais, ou seja, aqueles que, por suas características de periculosidade ou volume, causam algum tipo de impacto sobre o meio ambiente. Esses resíduos sólidos são gerados pelos usuários desses produtos.

Cabe ressaltar que o conflito é estabelecido quando os resíduos pós-consumo são gerados por pessoas físicas, ou seja, são resíduos sólidos urbanos, e a competência estabelecida pela coleta, transporte, tratamento e disposição final, segundo a Constituição Federal, é do Poder Público Municipal.

Na maioria das políticas públicas ou Projetos de Lei que tratam do tema, essa responsabilidade pós-consumo é direcionada aos fabricantes ou importadores: tenta-se exigir destes as providências concernentes à coleta ou recolhimento, transporte, tratamento e disposição final dos resíduos sólidos gerados pelos usuários.

Há casos de países em que essa responsabilidade é compulsória, como no caso da Alemanha, ou voluntária, como nos casos da Holanda e dos Estados Unidos da América.

Em quaisquer dos casos, o objetivo é desonerar os sistemas públicos de coleta de resíduos sólidos, alegando-se que estes não possuem provisões orçamentárias suficientes para o cumprimento dos serviços.

O setor industrial, por sua vez, não quer ser responsabilizado de forma única e exclusiva. Sabedor de sua parcela propõe que a responsabilidade seja compartilhada entre os vários entes da cadeia, inclusive o usuário e o Poder Público.

Dessa forma, estabelecendo claramente a responsabilidade de cada elo da cadeia – ou seja, o produtor, o importador, o comerciante, o usuário e o Poder Público, torna-se possível efetuar, de forma sustentável, o gerenciamento dos resíduos sólidos pós-consumo.

# RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

## 1. A educação no contexto do desenvolvimento sustentável

### Composição da Mesa Redonda :

Presidente: Paulo Renato Costa Souza – Presidente do Conselho Superior de Responsabilidade Social

Moderador / Relator :

Arthur César Whitaker de Carvalho – Diretor Titular Adjunto do Departamento de Meio Ambiente da Fiesp

Debatedores:

Flavia Frangetto – Conselheira do Conselho Superior de Meio Ambiente da Fiesp

Marlene Gardel – Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas da Secretaria Estadual de Educação de São Paulo

Francisco de Assis Esmeraldo - Presidente da Plastivida

### Relato Final :

A educação ambiental foi abordada sob dois aspectos: o formal e o não formal. O conceito formal, apresentado como programas do governo ligados à Lei de diretrizes básicas, à Política Nacional de Educação Ambiental e à Política Estadual de Educação Ambiental.

Nesse aspecto de educação formal, foi ressaltado que a introdução da questão ambiental na grade curricular das escolas, diferentemente da visão antiga, é feita de maneira transversal, ou seja, permeando todas as disciplinas. Deve ser feita de forma quase subliminar a fim de atingir os objetivos.

Essa ação é feita inicialmente junto aos educadores, de forma que sejam multiplicadores da educação ambiental a todos os alunos da rede do Governo Estadual, que comporta cerca de seis milhões de alunos.

No contexto não formal, foi apresentada a experiência setorial de aplicação de conceitos da educação ambiental e de conscientização quanto à utilização de produto de uso corriqueiro da população. Ainda em fase piloto, a experiência traz perspectivas de redução de consumo do material em torno de 30%. Ou seja, por meio de técnicas audiovisuais, textos, cartilhas, folders, campanhas publicitárias e utilização da mídia eletrônica, busca-se oferecer, para a população, informações a respeito do produto (conscientização), e, ao mesmo tempo, trabalhar a educação ambiental como forma de mudança de hábito de consumo e de tratamento da questão ambiental.

Ao setor industrial compete, de forma voluntária e dentro de suas competências, apresentar propostas de ações de conscientização da população e trabalhar em conjunto com o Poder Público para colaborar com o processo de educação ambiental.

## 2. Ações socioambientais das indústrias

### Composição da Mesa Redonda :

Presidente: Paulo Renato Costa Souza – Presidente do Conselho Superior de Responsabilidade Social

Moderador e Relator :

Arthur César Whitaker de Carvalho – Diretor Titular Adjunto do Departamento de Meio Ambiente da Fiesp

Debatedores:

André Saraiva – Membro do Conselho Superior de Meio Ambiente da Fiesp

Eliane Pinheiro Belfort Mattos – Diretor Titular do Comitê de Responsabilidade Social da Fiesp

Daniel Feffer – Presidente da Suzano Holding e Membro do Conselho Superior de Responsabilidade Social

### Relato Final :

No final da década de 80, a responsabilidade pela garantia da coesão social foi transferida para empresas e entidades sem fins lucrativos, que, em aliança, teriam o papel de amenizar os efeitos socialmente perversos da lógica do mercado. Os números referentes à pobreza e à exclusão social crescem e, em harmonia, crescem o desenvolvimento e os recursos aplicados na questão.

No Brasil, assistem-se empresas iniciarem questionamentos sobre o efetivo alcance e poder de transformação dos projetos sociais. Percebem-se também descompasso e desconhecimento sobre o assunto.

Na Fiesp, o tema é acompanhado e trabalhado há pelo menos 16 anos, porém efetivado com a criação do Comitê de Responsabilidade Social (Cores), que tem como missão transmitir ao industrial paulista o conceito da responsabilidade social como ferramenta de gestão de negócios. Assim, foi criado o “Programa Sou Legal” – a agenda de responsabilidade social da Fiesp. A responsabilidade social, quando bem estruturada e planejada, se transforma em instrumento para ganhos de qualidade e competitividade.

Foram apresentados dois casos de aplicação dos conceitos de responsabilidade social, em que se evidenciam os ganhos relativos às ações sociais e, quase de forma intrínseca, de imagem da empresa.

Com a apresentação desses casos de sucesso, ficou claro que as ações socioambientais farão, cada vez mais, parte das estratégias das empresas.



# **“DESAFIOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – PERSPECTIVAS PARA O NOVO MILÊNIO”**

## **Composição da Mesa Redonda :**

Presidente: Ruy Martins Altenfelder Silva – Presidente do Conselho Superior de Estudos Avançados da Fiesp

Debatedores:

Antonio Penteado Mendonça – Vice-Presidente do Conselho Superior de Estudos Avançados da Fiesp

Ney Prado – Presidente da Academia Internacional de Direito e Economia

Paulo Nassar – Presidente Executivo da Associação Brasileira de Comunicação Empresarial

## **Relato Final :**

A partir da assinatura do Protocolo de Kyoto em 2005, foi firmado um novo Pacto Internacional, no qual a consciência planetária ganha uma dimensão maior e o movimento ambientalista evolui, incorporando as forças de mercado. No Terceiro Milênio, o empreendedorismo sustentável assume globalmente suas obrigações com a conservação dos recursos naturais, mudando seus tradicionais métodos de gestão, com ênfase numa visão sistêmica. Na agenda do Terceiro Milênio, Estados, empresas, a sociedade e entidades não governamentais deverão tratar de desafios fantásticos, tais como o equacionamento da preservação ambiental, o aumento da produção de alimentos e o desenvolvimento de novas matrizes energéticas.

Existe uma situação otimista para o Brasil, que conseguiu se adaptar à rápida revolução tecnológica ocorrida nas últimas décadas, e foi capaz ainda de desenvolver tecnologias de ponta e ambientalmente adequadas, como a utilização do álcool como combustível e o uso de eucalipto para a produção de celulose de fibra curta. Porém, existem ainda muitas perguntas a serem respondidas, como por exemplo, qual a ocupação e uso mais racional do Cerrado, da Amazônia, dos recursos hídricos, dentre outros, para gerar riqueza e ao mesmo tempo conservar os recursos naturais.

Neste novo milênio, um aspecto que ganhou relevância estratégica é o novo processo de comunicação empresarial. No passado, as mensagens eram informativas, simples e passadas por meio de ordens diretas. Nas décadas de 80 e 90 as mensagens, que eram estáticas, evoluem para um perfil extremamente mais complexo, pois geram controvérsia. A adaptação a esta nova exigência será obtida no médio e longo prazo, uma vez que o novo modelo exige um ritual de diálogo, para se transformar efetivamente em um processo educacional. Além disso, somente aquelas empresas que incorporarem este processo educacional em suas políticas estratégicas con-

seguirão atingir seu público alvo e ter resultados mercadológicos positivos.

Sob o ponto de vista do arcabouço institucional e legal, o maior equívoco do país, é que o Governo chamou a si, a responsabilidade exclusiva pela regulação de tudo o que se refere ao meio ambiente. Mais grave ainda, foi deixar a cargo da burocracia estatal o poder de estabelecer as políticas públicas, quando deveria apenas cumprir o que foi estabelecido pelo poder legislativo.

Verifica-se no país 04 (quatro) macro crises:

- **legitimidade do poder** – com a necessidade de uma reforma política, para construir um regime democrático efetivamente representativo;
- **legalidade** – a base jurídica apresenta uma série de vícios de origem, de forma e de conteúdo, o que dificulta, e muita vez impede seu cumprimento;
- **ética** – o capitalismo burocrático é o mais perverso, pois quanto maior o número e a complexidade da legislação e normas regulamentares, mais oportunidades para desvios de conduta; e
- **governabilidade** – o judiciário é obrigado a observar o que estabelece uma legislação distante da realidade e da viabilidade de seu cumprimento.

Existe consenso sobre a necessidade de se estabelecer um novo modelo, no qual o Estado seja menos regulador, fiscalista, empreendedor (executor) e paternalista (previdenciário), pois embora não se possa prescindir da presença do Estado, sua interferência precisa ser adequada e limitada para o bom funcionamento do sistema.

No cenário realista, do modelo possível, sob o ponto de vista empresarial, no país que queremos, a empresa do novo milênio deve ser:

- fonte de lucro no plano do investidor;
- fonte de renda no plano do trabalhador;
- fonte de desenvolvimento no plano econômico; e
- fonte de inclusão, no plano social.









Federação das Indústrias do Estado de São Paulo  
Departamento de Meio Ambiente - DMA

Av. Paulista, 1313 - 6º andar - São Paulo - SP  
CEP: 01311-923  
fone:  
E-mail: